

Exército vai demarcar a reserva dos Kaiapó

A reserva indígena dos Kaiapó, com 3 milhões e 300 mil hectares, será totalmente demarcada dentro de três meses. O trabalho, que compete à Divisão Geográfica do Exército, será assistido por um agrimensor da 2ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio, que fará contato com a Divisão, na próxima segunda-feira. As informações foram dadas pelo delegado regional da Funai, Salomão Santos, que regressou quinta-feira passada, da aldeia indígena Kriketum, na reserva dos Kaiapó, onde foi registrado um atrito entre índios e servidores da Funai, há dez dias, num garimpo ali existente.

Há dois anos que a reserva indígena dos Kaiapó vem sendo invadida por madeireiros, em número de seis, interessados na exploração do mogno, abundante na área. Esses madeireiros se intitulam proprietários das áreas exploradas, no entanto, o delegado regional da Funai não acredita nessa possibilidade. Ele disse que após a definição através de decreto assinado pelo Presidente José Sarney, da reserva dos Kaiapó, ficou constatado que todas as áreas questionadas pelos madeireiros estão dentro da reserva indígena.

A reserva dos Kaiapó é composta por cinco aldeias, Kriketum, Gorotire, Kokraimoro, Kubenkankein e A-Ukre — cerca de dois mil índios — sendo que na aldeia Kriketum, vivem cerca de 400 indivíduos. A reserva dos Kaiapó teve o início de sua demarcação em 1940 e até hoje não foi concluído. Em 1978 a demarcação foi reiniciada, mas interrompida em 1979, por motivos técnico-administrativos, revelou Salomão Santos, afirmando que enquanto não houver um diálogo maior entre a Funai, órgãos fundiários, e empresários, problemas como estes continuarão acontecendo, trazendo prejuízos para todos, principalmente para os índios que, segundo Salomão, são extremamente prejudicados no que diz respeito a sua cultura, atualmente quase que descaracterizada.

Segundo Salomão Santos, aqueles que estão explorando a área e que apresentam títulos expedidos por algum órgão fundiário, deverão ser indenizados, possivelmente através de permuta de terras. Ele acredita que também aqueles que estão na área e que não possuem títulos devam ter seus casos estudados e que alguma solução será dada. Salomão Santos disse que a reserva dos Kaiapó é muito grande, e abrange diversos órgãos fundiários, como Getat, Inkra, e Iterpa.

Salomão revelou também que atualmente já estão sendo feitas demarcações nos limites leste e sudeste da reserva, iniciando-se agora os trabalhos no limite-norte. Ele falou também dos atritos ocorridos na aldeia de Kriketum, onde opera um garimpo. A participação dos índios, que não é feita através de percentagem sobre o ouro arrecadado, era administrada pela Funai. Os índios cobram uma taxa mensal de Cr\$ 300 mil cruzeiros por cada máquina colocada no garimpo e outra para as cantinas, o que rende cerca de Cr\$ 100 milhões de cruzeiros mensais.

O motivo do atrito foi a desconfiança por parte dos índios diante da escassez dos recursos gerados pelo garimpo. Salomão Santos disse que para resolver esse impasse resolveu trans-



Salomão, da Funai

ferir para os índios, na pessoa do cacique Tuto-Pombo, a gerência desses recursos, arcando com a sua total responsabilidade. Caberá à Funai de agora em diante o trabalho e acompanhamento e orientação. Segundo Salomão Santos, o motivo do esvaziamento de recursos oriundos do garimpo é a falta de controle dos indígenas, que não têm noção exata do valor do dinheiro, gastando-o sem nenhum planejamento. Esse o motivo do atrito, pois os índios não quiseram mais aceitar as orientações por parte dos servidores da Funai que coordenavam as atividades no garimpo.

Dessa feita, explicou Salomão Santos, mediante acordo com o líder Tuto-Pombo, a partir do dia 25 de julho de 1985, todo e qualquer recurso procedente do garimpo será recebido e aplicado diretamente pelo líder indígena. O mesmo procedimento, disse Salomão, será aplicado ao garimpo de Maria Bonita, em Redenção, que renderá aos índios daquela área, este mês, cerca de 266 milhões de cruzeiros (5% da produção mensal).

Salomão Santos não vê solução a curto prazo para o problema ora verificado na administração dos garimpos indígenas, "enquanto não conseguirmos conscientizá-los acerca dos gastos excessivos, antes que termine o minério", disse. Revelou que estão sob a jurisdição da Funai cerca de 20 reservas indígenas, compostas de 90 aldeias. Explicou que o recurso orçamentário da delegacia que dirige é de 300 milhões de cruzeiros, o que dá para fazer face a um mês em termos de despesa. Revelou, ainda, que chegou a colocar o cargo à disposição, alegando falta de recursos, ato que não foi aceito.

— Fui informado de que haveria a liberação de 5 bilhões de cruzeiros em forma de crédito suplementar, para a Funai, a nível nacional, cabendo à 2ª Delegacia Regional, com atuação no Estado do Pará e Território Federal do Amapá, a quantia de Cr\$ 170 milhões, que está sendo repassada — concluiu.